



Termo de Referência

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços, pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da legislação vigente e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, para **futura e eventual aquisição de 14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas, compostas por gêneros alimentícios devidamente embalados**, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – **SEMCASPI**, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas na planilha abaixo e nos instrumentos do certame.

LOTE 01 - COTA AMPLA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Governo	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	13.440	R\$ 306.028,80
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	13.440	R\$ 62.764,80
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	26.880	R\$ 232.243,20
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	26.880	R\$ 79.027,20
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	416665	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	13.440	R\$ 106.848,00

6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	13.440	R\$ 87.225,60
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	13.440	R\$ 307.910,40
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	26.880	R\$ 95.692,80
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	461092	26687	Kg	01	R\$ 1,36	13.440	R\$ 18.278,40
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	26.880	R\$ 189.772,80
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	13.440	R\$ 77.280,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	26.880	R\$ 147.033,60

VALOR TOTAL DO LOTE 01 - COTA AMPLA = **R\$ 1.710.105,60** (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)

LOTE 02 - COTA RESERVADA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Govern	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
------	---------------------	------------------	-----------------	-------------------	----------------------	-----------------------	------------------	--------------------

1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	560	R\$ 12.751,20
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	560	R\$ 2.615,20
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	1.120	R\$ 9.676,80
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	1.120	R\$ 3.292,80
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	416665	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	560	R\$ 4.452,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	560	R\$ 3.634,40
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	560	R\$ 12.892,60
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	1.120	R\$ 3.987,20
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	461092	26687	Kg	01	R\$ 1,36	560	R\$ 761,60

10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	1.120	R\$ 7.907,20
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	560	R\$ 3.220,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	1.120	R\$ 6.126,40
VALOR TOTAL DO LOTE 02 - COTA RESERVADA = R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)								

1.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

1.2.1. O objeto desta contratação, consistente na **aquisição de 14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas, compostas por gêneros alimentícios essenciais, não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, e do **Decreto Municipal nº 24.007, de 24 de abril de 2023**, uma vez que os produtos a serem adquiridos destinam-se exclusivamente ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, apresentando padrão de qualidade estritamente necessário ao cumprimento de sua finalidade pública.

1.2.2. Os bens objeto desta licitação são classificados como **bens comuns**, conforme definição do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, por possuírem **características usuais de mercado**, especificações objetivas e padronizadas, amplamente comercializadas no mercado nacional, com padrões de qualidade e desempenho claramente definidos no edital e em seus anexos, permitindo julgamento objetivo das propostas pelo critério de menor preço.

1.2.3. A classificação do objeto como bem comum foi previamente analisada pelo setor técnico competente, que constatou a viabilidade de descrição objetiva das especificações técnicas e a inexistência de requisitos de natureza intelectual, tecnológica ou especializada que inviabilizem a utilização da modalidade **pregão eletrônico**, em conformidade com a legislação vigente.

1.3. Da Vigência e da Prorrogação da Contratação

1.3.1. A **Ata de Registro de Preços – ARP** decorrente desta licitação terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, **podendo ser prorrogada por igual período**, nos termos da legislação vigente e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

1.3.1.1. Os **contratos administrativos ou instrumentos equivalentes** firmados com base na Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogados por meio de Termo Aditivo**, por um ou mais períodos sucessivos, observado o limite máximo de até **10 (dez) anos**, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que caracterizado o fornecimento contínuo e mantidas as condições de vantajosidade para a Administração.

1.3.1.2. A vigência plurianual mencionada aplica-se **exclusivamente aos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços**, não se confundindo com a vigência da própria ARP, a qual permanece limitada aos prazos legais.

1.3.3. A contratação está devidamente compatibilizada com os instrumentos de planejamento governamental, possuindo previsão no **Plano Plurianual – PPA 2022–2025** e inserção na programação do ciclo **2026–2029**, o que autoriza a realização de empenhos em exercícios financeiros distintos, observada a disponibilidade orçamentária de cada exercício. A vigência contratual mencionada refere-se aos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observados os limites legais.

1.4. Do Tratamento Diferenciado (ME/EPP/MEI)

1.4.1. Embora a Lei Complementar nº 123/2006 assegure tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais nas contratações públicas, a aplicação integral dos benefícios previstos em seus artigos 42 a 49 não se mostra viável na presente contratação, em razão das características do objeto e das circunstâncias que a envolvem.

1.4.2. O objeto desta licitação consiste na aquisição de 14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas, embaladas e fornecidas de forma integral, conforme demonstrado no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**. A entrega e distribuição do benefício devem observar logística contínua e padronização dos itens, com vistas à efetividade da política pública de segurança alimentar, o que recomenda a manutenção do conjunto como objeto único.

1.4.3. Considerando o contexto social e a necessidade de garantir regularidade e continuidade do fornecimento, a Administração optou por adotar cota reservada parcial, inferior ao limite máximo legal de 25% (vinte e cinco por cento), fixada em **560 (quinhentas e sessenta) cestas básicas**, equivalente a aproximadamente **4%** do quantitativo total estimado. O quantitativo remanescente de **13.440 (treze mil, quatrocentas e quarenta) cestas básicas** será destinado à ampla concorrência..

1.4.4. A definição da cota reservada parcial considerou a necessidade de preservar a eficiência administrativa, reduzir riscos de descontinuidade no fornecimento, assegurar logística de distribuição, manter padronização dos itens e garantir a continuidade do atendimento emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social, sem prejuízo da competitividade e da vantajosidade da contratação.

1.4.5. A adoção de cota reservada parcial não impede a participação de ME/EPP/MEI na cota ampla, as quais poderão concorrer em igualdade de condições com os demais licitantes, desde que atendam integralmente às exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas no instrumento convocatório.

1.4.6. Permanecem aplicáveis, no que couber, os demais dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 relativos à regularização fiscal tardia, nos termos do artigo 43, desde que observados os limites estabelecidos pelo artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao licitante o ônus da comprovação de seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.4.7. A Administração Pública assegurará o tratamento diferenciado e favorecido somente nos limites legalmente compatíveis com o objeto da contratação, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade do serviço público essencial.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada sob os aspectos **legal, técnico, operacional e orçamentário**, em estrita observância ao disposto no artigo 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, elaborado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – **SEMCASPI**.

A necessidade da contratação decorre da responsabilidade institucional da SEMCASPI, por meio da Gerência de Proteção Social Básica – **GPSB**, pela execução das ações de proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – **SUAS**, voltadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária, conforme previsto na **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993)** e na legislação municipal vigente (**Lei nº 4.916/2016**).

A contratação visa garantir a continuidade do benefício eventual de segurança alimentar, consistente na distribuição de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas, com composição, quantidades por cesta e especificações técnicas previamente definidas e detalhadas na planilha de itens e lotes que integra o presente processo**, destinadas às famílias em situação de insegurança alimentar e contingência social atendidas pelas unidades descentralizadas da SEMCASPI. A medida mostra-se **imprescindível** diante da **iminência do término do contrato vigente nº 35/2024**, previsto para **16/07/2025**, bem como da **inexistência de estoque disponível** capaz de assegurar o atendimento regular após essa data.

A ausência de contratação tempestiva acarretaria **grave prejuízo ao interesse público**, com risco concreto de descontinuidade de política pública essencial, agravamento da insegurança alimentar, sobrecarga dos serviços

socioassistenciais e violação do princípio da **continuidade do serviço público**, o que reforça o caráter **urgente e necessário** da contratação.

2.1. Fundamentação legal e técnica da contratação

A contratação e os quantitativos estimados encontram respaldo nos seguintes fundamentos:

a) Fundamentação legal

- Constituição Federal, art. 6º (direito social à alimentação);
- Lei nº 8.742/1993 – LOAS;
- Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 6º, XV; 40, III; 106 e 107;
- Decreto Municipal nº 24.006/2023 (ETP);
- Decreto Municipal nº 25.530/2024 (rito processual);
- Lei Municipal nº 4.916/2016;
- Plano Plurianual – **PPA 2022–2025 e 2026–2029**.

b) Fundamentação técnica

A estimativa da quantidade de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas** foi definida com base em **fatos concretos**, considerando:

- o **histórico de consumo dos últimos 03 (três) anos**;
- a **d demanda média mensal** atendida pelas unidades socioassistenciais;
- a **projeção de crescimento da demanda**, em razão do agravamento do cenário de vulnerabilidade social;
- a **ausência de estoque remanescente**;
- a necessidade de atendimento **imediato e contínuo** após o encerramento do contrato vigente.

As **especificações técnicas dos bens** foram definidas de forma objetiva e padronizada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, contemplando itens alimentícios essenciais, com requisitos mínimos de qualidade, embalagem, validade e segurança sanitária, suficientes para assegurar a efetividade do benefício eventual de segurança alimentar.

O quantitativo total estimado encontra-se distribuído em **cota ampla e cota reservada**, conforme detalhamento constante da tabela de itens e lotes, em observância ao tratamento diferenciado previsto na legislação aplicável e às características operacionais do fornecimento.

A presente fundamentação guarda **plena coerência** com as informações constantes no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, não havendo divergências entre os documentos que integrem a fase de planejamento da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na **aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis**, organizados em forma de **cestas básicas**, destinadas ao atendimento das demandas socioassistenciais do órgão, conforme identificado no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, observando critérios de qualidade, segurança alimentar, economicidade e eficiência administrativa.

A opção pela aquisição de produtos **industrializados, padronizados e amplamente disponíveis no mercado** mostra-se a mais adequada, uma vez que possibilita ampla competitividade entre fornecedores, redução de riscos de desabastecimento e maior previsibilidade quanto aos custos, atendendo aos princípios da isonomia, vantajosidade e planejamento.

No que se refere ao **ciclo de vida do objeto**, os produtos contemplados possuem características que permitem:

- **Armazenamento adequado por período prolongado**, respeitados os prazos de validade e as condições recomendadas pelos fabricantes;
- **Facilidade de transporte e distribuição**, sem necessidade de equipamentos especiais;
- **Consumo imediato após a entrega**, sem necessidade de montagem, instalação ou treinamento específico;

- **Impacto ambiental compatível com o objeto**, considerando que as embalagens seguem padrões comerciais usuais, são destinadas ao consumo alimentar e não geram resíduos perigosos, observadas as normas ambientais aplicáveis.

As **especificações técnicas** dos itens foram definidas com base em padrões de mercado, normas sanitárias vigentes e necessidade de padronização administrativa, incluindo, quando aplicável conforme detalhamento constante da planilha de itens, quantidades por cesta e lotes que integra o presente processo:

- Tipo e classificação do produto (ex.: arroz branco longo fino, tipo 1; sal refinado iodado para consumo humano; flocos de milho pré-cozido);
- Unidade de medida adequada;
- Embalagens originais, íntegras e dentro do prazo de validade;
- Conformidade com as exigências da ANVISA e demais órgãos reguladores.

A solução proposta atende integralmente à necessidade identificada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, apresentando-se como **a alternativa mais eficiente, economicamente viável e juridicamente adequada**, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas e o atendimento das finalidades públicas pretendidas.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

4.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, a Administração avaliou a possibilidade de parcelamento da contratação, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

Após análise técnica e econômica, concluiu-se que, embora os itens que compõem a cesta básica sejam divisíveis sob o aspecto físico e econômico, **não se mostra vantajoso o parcelamento do objeto para fins de adjudicação**, considerando a necessidade de fornecimento **integrado, padronizado e contínuo** das cestas básicas, bem como a logística de distribuição e o risco de descontinuidade do atendimento, os quais poderiam ser comprometidos com a fragmentação da contratação, caracterizando prejuízo à eficiência administrativa e à economia de escala.

A **não adjudicação por item**, com manutenção do objeto organizado **em lote único por cota**, justifica-se pelos seguintes aspectos:

- a) preservação da padronização da composição das cestas básicas;
- b) maior eficiência logística no recebimento, armazenamento e distribuição;
- c) redução do risco de descontinuidade no fornecimento do benefício eventual;
- d) maior segurança na execução contratual e no controle de qualidade dos itens.

Dessa forma, o procedimento licitatório adotará a **adjudicação por lote**, com preços individualizados por item **exclusivamente para fins de formação de preços, controle, fiscalização e aferição da vantajosidade**, em consonância com a legislação vigente, com a jurisprudência do TCU e com as melhores práticas de planejamento das contratações públicas.

4.2. A indivisibilidade do objeto refere-se exclusivamente à **entrega final da cesta básica ao beneficiário**, não se confundindo com o detalhamento dos itens para fins de planejamento, estimativa de custos e controle contratual.

4.2.1. No âmbito da execução da política pública, a cesta básica constitui um conjunto unitário e padronizado de itens essenciais, cuja entrega fracionada ao beneficiário final comprometeria a efetividade do benefício eventual de segurança alimentar.

4.2.2. Para fins de planejamento e formação de preços, os itens que compõem a cesta básica são descritos individualmente, com especificações padronizadas e valores unitários definidos, **sem que isso implique adjudicação isolada dos itens**, permanecendo preservada a unidade do fornecimento.

4.2.3. A divisibilidade do objeto limita-se, portanto, à fase de planejamento e à composição da planilha de custos, com a finalidade de assegurar transparência, economicidade e controle, permanecendo integralmente preservada a uniformidade da composição, das especificações técnicas e da qualidade dos itens entregues ao beneficiário final.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação foram definidos a partir das conclusões constantes no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, em observância ao art. 9º, inciso IV, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022, e ao art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022, encontrando-se devidamente registrados nos sistemas TR Digital e ETP Digital.

Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a contratação atenda plenamente às necessidades administrativas identificadas, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, padronização e do interesse público.

Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, os requisitos técnicos foram definidos de forma objetiva, com base em padrões usuais de mercado e nas normas sanitárias vigentes. Os critérios relativos à habilitação técnica do fornecedor encontram-se disciplinados em tópico próprio deste Termo de Referência, de modo a evitar sobreposição ou duplicidade de exigências.

Aplicam-se os requisitos ora estabelecidos ao instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, com base na composição e quantidades previstas na tabela de itens, dividida em Lote 01 (Cota Ampla) e Lote 02 (Cota Reservada).

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. No âmbito desta contratação, deverão ser observados critérios gerais de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto e com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, quando existente, especialmente no que se refere a:

- a) fornecimento de produtos com embalagens íntegras, adequadas e seguras, que reduzam desperdícios e perdas durante o transporte e armazenamento;
- b) observância às normas sanitárias e ambientais vigentes, evitando-se produtos que possam causar danos à saúde pública ou ao meio ambiente;
- c) priorização de produtos com prazo de validade compatível com o consumo estimado, de modo a minimizar descartes;
- d) cumprimento da legislação trabalhista e ambiental por parte do fornecedor.

Nota: Inexistindo critérios específicos de sustentabilidade previstos no edital ou Plano de Logística Sustentável formalmente instituído pelo órgão, aplicam-se os critérios gerais acima, compatíveis com o objeto da contratação.

5.1.1.1. Não se aplica à presente contratação o disposto acerca de medicamentos, insumos e equipamentos de uso hospitalar e de laboratório.

5.1.1.2. Não se aplica à presente contratação o disposto acerca da contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, nos termos do Decreto Municipal nº 24.387, de 21 de junho de 2023, por não se tratar de contratação de serviços com dedicação de mão de obra.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não será exigida a indicação de marca ou modelo específico, sendo admitidos produtos que atendam integralmente às especificações técnicas descritas no objeto, em conformidade com os padrões de qualidade e desempenho exigidos.

Admite-se, quando necessário, a menção a marcas apenas como referência de qualidade, exclusivamente para facilitar a descrição do objeto, sempre acompanhada das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nesses casos, a Administração poderá exigir do fornecedor a comprovação de que o produto ofertado possui qualidade, desempenho e características compatíveis com a referência indicada, vedada qualquer restrição indevida à competitividade.

A definição das especificações observa ainda o princípio da padronização, previsto no art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 9º, inciso I, alínea “b”, da IN Seges/ME nº 81, de 2022, bem como, quando aplicável, o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022.

5.3. Da vedação de utilização de marca/produto

5.3.1. No âmbito desta contratação, não há vedação prévia à utilização de marcas ou produtos específicos, uma vez que não foi identificado processo administrativo anterior que tenha concluído pela inadequação técnica, sanitária ou operacional de determinada marca ou produto para atendimento da necessidade administrativa.

Caso, no curso da execução contratual ou em contratações futuras, venha a ser constatado, mediante processo administrativo regular, que determinado produto ou marca não atende aos requisitos mínimos de qualidade, segurança ou desempenho exigidos, a Administração poderá adotar as providências previstas no art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, com a devida motivação e observância ao contraditório e à ampla defesa.

5.4. Da exigência de amostra

A exigência de amostras encontra amparo no art. 17, § 3º, no art. 41, inciso II, e no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 29, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, constituindo medida excepcional, devidamente justificada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640)**, em razão da necessidade de verificação prévia da qualidade, conformidade sanitária, integridade da embalagem e atendimento às especificações técnicas dos produtos a serem fornecidos.

Considerando que o objeto envolve gêneros alimentícios destinados ao consumo humano, a exigência de amostras mostra-se necessária para mitigar riscos relacionados à entrega de produtos em desconformidade com padrões mínimos de qualidade, validade e segurança alimentar, sobretudo diante de experiências administrativas pretéritas que demonstram a possibilidade de fornecimento de produtos de baixa qualidade quando o julgamento se dá exclusivamente pelo menor preço.

5.4.1. Procedimento para apresentação das amostras

- a) A CONTRATANTE poderá solicitar, exclusivamente do licitante provisoriamente melhor classificado, a apresentação de amostras dos produtos ofertados, para fins de avaliação técnica;
- b) As amostras deverão ser apresentadas na quantidade solicitada, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da solicitação formal do setor técnico, sob pena de desclassificação;
- c) O local de entrega das amostras será indicado pela CONTRATANTE no momento da solicitação;
- d) As amostras serão avaliadas por servidores ou técnicos designados, no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento.

5.4.2. Forma de apresentação das amostras

- a) As amostras deverão estar devidamente identificadas com:
 - a.1) a expressão “Amostra para Análise”, contendo a identificação completa do produto;
 - a.2) o número da licitação e o item correspondente;
- b) As amostras deverão ser entregues em sua embalagem original, lacrada e íntegra;
- c) As embalagens deverão conter, quando aplicável, as seguintes informações, em conformidade com a legislação sanitária:
 - (i) data de fabricação;
 - (ii) número do lote;
 - (iii) prazo de validade;
 - (iv) demais informações obrigatórias exigidas pelos órgãos reguladores competentes;
- d) Os licitantes deverão indicar em suas propostas as especificações completas dos itens cotados, inclusive marca e fabricante;
- e) As amostras passíveis de devolução poderão ser retiradas pelos licitantes no prazo de **até 20 (vinte) dias úteis** após a divulgação do resultado final do certame, no mesmo local de entrega.

5.4.3. Critérios de avaliação das amostras

As amostras serão avaliadas com base, no mínimo, nos seguintes critérios técnicos:

- a) conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- b) qualidade do produto;
- c) integridade e adequação da embalagem;
- d) validade compatível com o consumo estimado;
- e) atendimento às normas sanitárias e de rotulagem vigentes.

5.4.4. Resultado da avaliação

Os resultados das avaliações das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico da licitação.

5.4.5. Reprovação da amostra

Caso a amostra apresentada pelo licitante provisoriamente vencedor não seja aprovada, será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que seja identificada proposta cuja amostra atenda integralmente às exigências deste Termo de Referência.

5.4.6. Natureza das amostras

As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas para fins de análise, sem geração de direito a ressarcimento.

5.4.7. Destinação final das amostras

Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **até 20 (vinte) dias úteis**, sob pena de descarte pela Administração, sem direito a indenização.

5.5. Da exigência de carta de solidariedade

A exigência de carta de solidariedade constitui medida excepcional, devendo ser adotada apenas nas hipóteses previstas na legislação e quando devidamente justificada, nos termos da Nota Explicativa 29.

5.5.1. Tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, não envolvendo fornecimento complexo, restrição de fabricantes, nem risco relevante de descontinuidade, não será exigida carta de solidariedade, ainda que o licitante atue como revendedor ou distribuidor.

5.6. Da Participação de Consórcios

5.6.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação, qualquer que seja a sua forma de constituição.

A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza comum e padronizada do objeto, consistente na aquisição de bens amplamente disponíveis no mercado, sem complexidade técnica ou operacional, cuja execução não demanda a reunião de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras distintas de mais de uma empresa.

Ressalta-se que o objeto pode ser plenamente atendido por um único fornecedor, inclusive microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, não havendo risco de restrição à competitividade ou prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A admissão de consórcios, nesse contexto, não agregaria ganhos de eficiência, economicidade ou ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a gestão contratual, aumentar riscos de execução e comprometer a responsabilização objetiva dos contratados, em afronta aos princípios da eficiência, da simplicidade administrativa e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Da Participação de Cooperativas

5.7.1. Será permitida a participação de cooperativas no presente certame, desde que regularmente constituídas e que atendam integralmente às condições previstas no art. 16, incisos I a IV, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como às disposições da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, da Lei nº 12.690, de 19 de junho de 2012, e, quando aplicável, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

A admissão de cooperativas justifica-se pela natureza do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns, sem alocação direta de mão de obra, não se verificando riscos relacionados à subordinação, pessoalidade ou habitualidade na execução contratual, nem prejuízo à fiscalização, à responsabilização contratual ou à eficiência administrativa.

5.8. Da Subcontratação

5.8.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da simplicidade da execução, da padronização dos bens a serem fornecidos e da necessidade de garantir maior controle, rastreabilidade, uniformidade de qualidade e responsabilização direta do contratado perante a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da adequada gestão do contrato.

6. DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em razão de a presente contratação **não se enquadrar como de grande vulto**, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, e **não haver regulamento específico no âmbito do órgão que imponha a exigência**, **não será exigida a implantação de Programa de Integridade** para participação no certame ou execução do contrato decorrente.

7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133, de 2021.

A dispensa da garantia contratual justifica-se pelos seguintes fundamentos, devidamente consignados no **Estudo**

Técnico Preliminar – ETP (Doc. nº 13134640):

- a) o objeto consiste no fornecimento de bens comuns e padronizados, amplamente disponíveis no mercado, conforme composição e quantidades descritas na tabela de lotes (cota ampla e cota reservada);
- b) a execução contratual apresenta baixo grau de complexidade técnica e operacional;
- c) os riscos identificados são reduzidos e adequadamente mitigáveis por outros mecanismos contratuais, tais como fiscalização, penalidades administrativas e recebimento provisório e definitivo;
- d) a exigência de garantia poderia restringir a competitividade, especialmente a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, contrariando o interesse público;
- e) o valor estimado da contratação, considerado em conjunto com o baixo risco da execução, não justifica a exigência de garantia à luz do princípio da proporcionalidade.

Dessa forma, entende-se que a não exigência de garantia não compromete a segurança da execução contratual, mostrando-se medida eficiente, proporcional e compatível com o interesse público, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Entrega

8.1.1. Prazo de Entrega

O prazo de entrega dos bens será de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho**, para cada parcela solicitada pela Contratante, observando o cronograma de entrega definido no ato da solicitação.

Quando a entrega ocorrer de forma parcelada, observar-se-á o seguinte cronograma:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	Quantidades definidas dos itens que compõem a cesta básica (conforme composição do lote contratado)	Até 10 dias úteis
2ª	Quantidades definidas dos itens que compõem a cesta básica (conforme composição do lote contratado)	Conforme cronograma da Contratante
3ª	Quantidades definidas dos itens que compõem a cesta básica (conforme composição do lote contratado)	Conforme cronograma da Contratante

8.1.2. Impedimento de Entrega

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente as razões do impedimento com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis**, para fins de análise de eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovadas.

8.1.3. Local e Forma de Entrega

A entrega do objeto será realizada no(s) endereço(s) indicado(s) pela Contratante, no Município de **Teresina/PI**, podendo ocorrer em remessas parceladas, conforme a necessidade administrativa, mediante agendamento prévio com o setor responsável, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento do órgão, **sem qualquer custo adicional além do valor adjudicado e contratado**.

8.1.3.1. Embalagem e Rotulagem

Os produtos deverão ser entregues em **embalagens originais de fábrica**, intactas, devidamente lacradas, contendo, de forma legível, as seguintes informações: marca, fabricante, procedência, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

8.1.3.2. Rejeição e Substituição

Os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta da CONTRATADA serão **rejeitados**, devendo ser **substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal pela Contratante.

8.1.3.3. Custos da Substituição

Todas as despesas decorrentes da substituição ou reposição de produtos rejeitados correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, **não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.**

8.1.3.4. Documentação Fiscal

A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal e guia de remessa informatizada, sem rasuras, contendo, no mínimo:

- nome da Contratante;
- endereço completo de entrega;
- discriminação dos produtos entregues;
- unidade e quantidade;
- data da entrega;
- identificação e assinatura do responsável pelo recebimento.

8.1.3.5. Nota de Empenho

A Contratante emitirá Nota de Empenho, na qual constarão o número do contrato, o valor correspondente e os quantitativos dos itens contratados.

8.1.3.6. Condições de Transporte e Armazenamento

Os produtos alimentícios não deverão ser transportados ou armazenados próximos a substâncias tóxicas, inflamáveis ou de odor forte, de modo a evitar contaminação ou alteração de suas características originais.

8.1.3.7. Identificação dos Prepostos

Os empregados ou prepostos da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados, sendo vedada a circulação em áreas não relacionadas diretamente à entrega dos produtos.

8.1.3.8. Condições dos Veículos

O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, limpos e em condições sanitárias compatíveis, assegurando a integridade, higiene e conservação dos gêneros alimentícios até o local da entrega.

8.1.4. Prazo de Validade

No caso dos produtos não perecíveis, o prazo de validade, na data da entrega, **não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços)** do prazo total de validade indicado pelo fabricante, garantindo condições adequadas de consumo e utilização.

8.2. Garantia do Objeto

8.2.1. Garantia Contratual

Em razão da natureza do objeto contratado, classificado como **material de consumo, não será exigida garantia contratual complementar**, aplicando-se exclusivamente a garantia legal prevista na **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**.

8.2.2. Responsabilidade por Vícios e Irregularidades

A garantia legal compreende a responsabilidade da CONTRATADA pela substituição imediata dos produtos que apresentem vícios de qualidade, quantidade, validade, acondicionamento inadequado ou desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

8.2.3. Substituição de Produtos

Constatada qualquer irregularidade nos produtos entregues, a CONTRATADA deverá proceder à substituição integral do item ou lote, sem ônus adicional para a Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal.

8.2.4. Sanções Administrativas

A substituição dos produtos não interrompe nem prejudica a aplicação das sanções administrativas, quando cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato firmado.

8.2.5. Respeito ao Prazo de Validade

Os produtos entregues deverão respeitar integralmente os prazos de validade mínimos estabelecidos neste Termo

de Referência, sendo vedada a entrega de itens vencidos, com validade expirada ou em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis.

8.2.6. Substituição por Vício ou Avaria

Uma vez notificada, a CONTRATADA deverá proceder à substituição integral dos bens que apresentarem vício, defeito, avaria, validade inferior à exigida, embalagem violada ou qualquer desconformidade com as especificações técnicas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da comunicação formal realizada pela Contratante.

8.2.7. Prorrogação de Prazo

O prazo indicado no subitem anterior somente poderá ser prorrogado em situações excepcionais, devidamente justificadas por escrito pela CONTRATADA e aceitas expressamente pela Contratante, não podendo comprometer o atendimento da finalidade pública da contratação.

8.2.8. Fornecimento de Produto Equivalente

Na hipótese de impossibilidade temporária de substituição imediata, a CONTRATADA deverá, mediante autorização da Contratante, fornecer produto equivalente ou superior, observadas as mesmas especificações técnicas, nutricionais e sanitárias, sem qualquer ônus adicional.

8.2.9. Aquisição por Terceiros

Decorrido o prazo para substituição sem o atendimento da solicitação da Contratante ou sem apresentação de justificativa aceita, fica a Contratante autorizada a adquirir os produtos de fornecedor diverso, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

8.2.10. Custos da Substituição

Todas as despesas decorrentes da retirada, substituição, reposição, transporte e entrega dos produtos em desconformidade correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

8.2.11. Prazo da Garantia Legal

A garantia legal dos produtos possui prazo próprio, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, sendo independente da vigência contratual, não afastando a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento das obrigações, ainda que após o término do contrato.

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Execução do Contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Paralisação ou Suspensão

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por iniciativa da Administração, devidamente formalizada, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por simples apostila.

9.3. Comunicações

As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais para esse fim.

9.4. Convocação de Representante

O órgão ou entidade poderá convocar, a qualquer tempo, representante legal da empresa CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução contratual.

9.5. Reunião Inicial

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre as obrigações contratuais, procedimentos de entrega, critérios de recebimento provisório e definitivo, mecanismos de fiscalização, metodologia de aferição da conformidade dos produtos e sanções aplicáveis.

9.6. Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, formalmente designados, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 22.166, de 2022.

9.7. Competência do Fiscal Técnico

Compete ao fiscal técnico do contrato acompanhar a execução do objeto, verificando a conformidade dos gêneros alimentícios entregues com as especificações técnicas, prazos, condições sanitárias, validade mínima exigida e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, visando assegurar o atendimento da finalidade pública da contratação.

9.7.1. Registro de Ocorrências

O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive atrasos, entregas em desconformidade, substituições de produtos e providências adotadas.

9.7.2. Notificação

Identificada qualquer inexactidão, irregularidade ou desconformidade na entrega dos produtos, o fiscal técnico emitirá notificação formal à CONTRATADA, fixando prazo para correção ou substituição, nos termos do contrato.

9.7.3. Comunicação ao Gestor

O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência.

9.7.4. Ocorrências Críticas

Ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos de entrega ou a adequada execução do objeto deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor do contrato.

9.7.5. Término da Vigência

O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, com antecedência, o término da vigência contratual, para fins de adoção das medidas administrativas cabíveis.

9.8. Competência do Gestor do Contrato

Compete ao gestor do contrato coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento do contrato, com registros formais relativos às ordens de fornecimento, notas de empenho, ocorrências, alterações contratuais e eventuais prorrogações.

9.8.1. Habilitação

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, necessárias à liquidação da despesa e ao pagamento, registrando eventuais impedimentos no relatório de riscos.

9.8.2. Acompanhamento dos Fiscais

O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais do contrato, adotando as providências cabíveis ou submetendo à autoridade superior as situações que excedam sua competência.

9.8.3. Avaliação do Cumprimento

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo desempenho na execução, conformidade dos produtos e eventual aplicação de penalidades.

9.8.4. Responsabilização Administrativa

Quando necessário, o gestor do contrato adotará as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Relatório Final

Ao final da execução contratual, o gestor do contrato elaborará relatório final contendo avaliação do cumprimento dos objetivos da contratação e recomendações para o aprimoramento das atividades administrativas.

9.10. Rotinas Específicas de Fiscalização (aplicáveis aos Lotes 01 e 02)

Sem prejuízo das atribuições já descritas, a fiscalização observará, no mínimo, as seguintes rotinas específicas:

9.10.1. Verificação na Entrega

Verificação, no ato da entrega, das condições de acondicionamento, validade, integridade das embalagens e conformidade dos produtos com as especificações do Termo de Referência, especialmente quanto à composição da cesta básica dos **Lotes 01 e 02**, considerando:

LOTE 01 - COTA AMPLA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Govern	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	13.440	R\$ 306.028,80
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	13.440	R\$ 62.764,80
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	26.880	R\$ 232.243,20
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	26.880	R\$ 79.027,20
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	13.440	R\$ 106.848,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	13.440	R\$ 87.225,60
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	13.440	R\$ 307.910,40

8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	26.880	R\$ 95.692,80
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	13.440	R\$ 18.278,40
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	26.880	R\$ 189.772,80
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	13.440	R\$ 77.280,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	26.880	R\$ 147.033,60
VALOR TOTAL DO LOTE 01 - COTA AMPLA = R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)								

LOTE 02 - COTA RESERVADA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Governe	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	560	R\$ 12.751,20

2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	560	R\$ 2.615,20
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	1.120	R\$ 9.676,80
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	1.120	R\$ 3.292,80
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	560	R\$ 4.452,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	560	R\$ 3.634,40
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	560	R\$ 12.892,60
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	1.120	R\$ 3.987,20
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	560	R\$ 761,60
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	1.120	R\$ 7.907,20

11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	560	R\$ 3.220,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	1.120	R\$ 6.126,40
VALOR TOTAL DO LOTE 02 - COTA RESERVADA = R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)								

9.10.2. Recebimento Provisório e Definitivo

Registro formal do recebimento provisório e definitivo dos produtos, conforme critérios estabelecidos, observando:

- conformidade dos itens entregues com a composição do lote contratado;
- validade mínima exigida (**mínimo de 2/3 do prazo total do fabricante**);
- integridade da embalagem;
- documentação fiscal correta.

9.10.3. Substituição de Produtos Rejeitados

Acompanhamento da substituição de produtos rejeitados, dentro dos prazos contratuais, garantindo que:

- o novo produto entregue atenda integralmente às especificações;
- não haja custo adicional à Administração;
- a substituição ocorra no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

9.10.4. Conferência Fiscal e Pagamento

Conferência das notas fiscais e documentos de entrega como condição para liquidação e pagamento da despesa, verificando:

- quantidades entregues;
- itens correspondentes à tabela do lote;
- valores unitários máximos e totais;
- conformidade com as exigências contratuais.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Consideradas as peculiaridades do objeto contratado, compete à CONTRATANTE:

10.1.1. Cumprimento contratual

Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Edital, o Termo de Referência, seus anexos e o contrato.

10.1.2. Recebimento dos produtos

Receber os produtos fornecidos no prazo, local e condições estabelecidos no Termo de Referência, observados os critérios de recebimento provisório e definitivo.

10.1.3. Notificação de irregularidades

Notificar formalmente a CONTRATADA, por escrito, acerca de vícios, defeitos, desconformidades, inadequações de qualidade, quantidade, validade ou acondicionamento dos produtos entregues, para que sejam substituídos ou corrigidos, total ou parcialmente, às expensas da CONTRATADA, dentro dos prazos contratuais.

10.1.4. Fiscalização

Acompanhar, fiscalizar e registrar a execução do contrato, por meio dos fiscais e gestor designados, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

10.1.5. Controvérsia de entrega

Quando houver controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à quantidade, qualidade ou conformidade dos produtos entregues, comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.6. Pagamento

Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e no contrato, desde que atendidas as exigências legais e contratuais.

10.1.7. Aplicação de sanções

Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no Edital, no Termo de Referência e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.8. Comunicação aos órgãos competentes

Cientificar os órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual por parte da CONTRATADA.

10.1.9. Decisão sobre requerimentos

Analisar e decidir, de forma expressa, todas as solicitações, requerimentos e reclamações apresentadas pela CONTRATADA relacionadas à execução contratual, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.1. Prazo para decisão

A Administração decidirá as solicitações referidas no subitem anterior no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do protocolo do requerimento, admitida prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.10. Reequilíbrio econômico-financeiro

Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do protocolo do pedido, admitida prorrogação motivada, conforme a complexidade da análise.

10.1.11. Instauração de processo administrativo

Notificar quando exigidas, se aplicável, acerca da instauração de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.12. Responsabilidade por compromissos da contratada

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1. Cumprimento contratual

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Edital, do Termo de

Referência, de seus anexos e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações:

10.2.1.1. Fornecimento conforme especificações

Fornecer os produtos de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, marcas (quando indicadas) e condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora, observando as composições e quantidades dos **Lotes 01 e 02**, conforme tabela anexa, totalizando:

LOTE 01 - COTA AMPLA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Govern	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	13.440	R\$ 306.028,80
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	13.440	R\$ 62.764,80
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	26.880	R\$ 232.243,20
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	26.880	R\$ 79.027,20
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	13.440	R\$ 106.848,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	13.440	R\$ 87.225,60

7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	13.440	R\$ 307.910,40
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	26.880	R\$ 95.692,80
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	13.440	R\$ 18.278,40
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	26.880	R\$ 189.772,80
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	13.440	R\$ 77.280,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	26.880	R\$ 147.033,60
<p>VALOR TOTAL DO LOTE 01 - COTA AMPLA = R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)</p>								

LOTE 02 - COTA RESERVADA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Governe	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
------	---------------------	------------------	------------------	-------------------	----------------------	-----------------------	------------------	--------------------

1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	560	R\$ 12.751,20
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	560	R\$ 2.615,20
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	1.120	R\$ 9.676,80
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	1.120	R\$ 3.292,80
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	560	R\$ 4.452,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	560	R\$ 3.634,40
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	560	R\$ 12.892,60
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	1.120	R\$ 3.987,20

9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	560	R\$ 761,60
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	1.120	R\$ 7.907,20
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	560	R\$ 3.220,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	1.120	R\$ 6.126,40
VALOR TOTAL DO LOTE 02 - COTA RESERVADA = R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)								

10.2.1.2. Responsabilidade por vícios

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.2.1.3. Comunicação de impedimentos

Comunicar formalmente à CONTRATANTE, respeitado o prazo mínimo previsto neste Termo de Referência, a ocorrência de qualquer fato que possa impossibilitar o cumprimento do prazo contratual, apresentando a devida justificativa e comprovação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

10.2.1.4. Atender determinações

Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou por autoridade superior, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1.5. Substituição de produtos

Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, validade vencida ou insuficiente, embalagens danificadas, desconformidade com as especificações técnicas ou qualquer irregularidade constatada no recebimento.

10.2.1.6. Responsabilidade por danos

Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento dos produtos, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade em razão da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

10.2.1.7. Regularidade fiscal

Comprovar, sempre que solicitado ou quando não for possível a verificação pelos sistemas oficiais, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões exigidas em lei.

10.2.1.8. Obrigações trabalhistas e fiscais

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos legais decorrentes da execução contratual, não se transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade nesse sentido.

10.2.1.9. Comunicação de ocorrências

Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal que possa comprometer a execução do objeto.

10.2.1.10. Paralisar fornecimento irregular

Paralisar imediatamente, quando determinado pela CONTRATANTE, o fornecimento de produtos que estejam em desacordo com as exigências contratuais, sanitárias ou técnicas.

10.2.1.11. Manutenção das condições de habilitação

Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2.1.12. Reserva de cargos (quando aplicável)

Cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, conforme o art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1.13. Sigilo

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual, salvo quando houver obrigação legal de divulgação.

10.2.1.14. Equívocos no dimensionamento

Arcar com eventuais equívocos no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis, excetuadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1.15. Normas de segurança e higiene

Cumprir todas as normas de segurança, higiene e saúde aplicáveis ao transporte, manuseio e acondicionamento dos produtos.

10.2.1.16. Embalagem e identificação

Entregar os produtos em embalagens originais, lacradas, íntegras, higienizadas e devidamente identificadas, contendo informações obrigatórias como data de fabricação, número do lote e prazo de validade, conforme legislação sanitária vigente.

10.2.1.17. Transporte adequado

Transportar os produtos em veículos adequados, em perfeitas condições técnicas e sanitárias, de modo a preservar a qualidade, integridade e segurança dos gêneros alimentícios.

10.2.1.18. Normas regulatórias

Assegurar que os produtos atendam às normas da ABNT, às portarias e resoluções do INMETRO, da ANVISA e demais órgãos reguladores competentes, no que couber.

10.2.1.19. Destinação de resíduos

Providenciar, quando exigido pela legislação ambiental, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos ou embalagens decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada.

11.1.1. Para fins de medição, liquidação e pagamento, considerar-se-á como unidade de fornecimento a **cesta**

básica completa, conforme padronização definida neste Termo de Referência, ainda que a adjudicação do certame tenha ocorrido por item.

11.1.2. A cesta básica será composta pelos itens descritos nas tabelas dos **Lotes 01 (Cota Ampla)** e **Lote 02 (Cota Reservada)**, conforme quantitativos e valores máximos constantes no quadro respectivo, observando-se as seguintes composições:

LOTE 01 - COTA AMPLA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Governe	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	13.440	R\$ 306.028,80
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	13.440	R\$ 62.764,80
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	26.880	R\$ 232.243,20
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	26.880	R\$ 79.027,20
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	13.440	R\$ 106.848,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	13.440	R\$ 87.225,60

7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	13.440	R\$ 307.910,40
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	26.880	R\$ 95.692,80
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	13.440	R\$ 18.278,40
10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	26.880	R\$ 189.772,80
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	13.440	R\$ 77.280,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	26.880	R\$ 147.033,60

VALOR TOTAL DO LOTE 01 - COTA AMPLA = **R\$ 1.710.105,60** (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)

LOTE 02 - COTA RESERVADA

Item	Descrição do Objeto	CATMAT / CATSERV	Código E-Govern	Unidade de Medida	Quantidade por Cesta	Valor Unitário Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
------	---------------------	------------------	-----------------	-------------------	----------------------	-----------------------	------------------	--------------------

1	Arroz branco longo fino, tipo 1, classe agulhinha, pacote com 5 kg, conforme especificações técnicas	458904	41952	Pacote	01	R\$ 22,77	560	R\$ 12.751,20
2	Açúcar cristal, primeira qualidade, embalagem com 1 kg	603269	44270	Kg	01	R\$ 4,67	560	R\$ 2.615,20
3	Feijão carioca tipo I, embalagem com 1 kg	464553	29797	Kg	02	R\$ 8,64	1.120	R\$ 9.676,80
4	Flocos de milho pré-cozido tipo flocão, pacote com 500 g	459017	42367	Pacote	02	R\$ 2,94	1.120	R\$ 3.292,80
5	Óleo vegetal de soja refinado, embalagem com 900 ml	19767	9763	Frasco	01	R\$ 7,95	560	R\$ 4.452,00
6	Farinha de mandioca tipo 1, branca, pacote com 1 kg	458918	16553	Kg	01	R\$ 6,49	560	R\$ 3.634,40
7	Café torrado e moído, qualidade superior, com selo ABIC, pacote com 500 g	463571	25370	Pacote	01	R\$ 22,91	560	R\$ 12.892,60
8	Macarrão tipo espaguete sêmola, pacote com 500 g	458952	16557	Pacote	02	R\$ 3,56	1.120	R\$ 3.987,20
9	Sal iodado refinado, pacote com 1 kg	852	26687	Kg	01	R\$ 1,36	560	R\$ 761,60

10	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 200 g	459637	15715	Pacote	02	R\$ 7,06	1.120	R\$ 7.907,20
11	Biscoito salgado tipo Cream Cracker, embalagem aproximada de 400 g	622355	42352	Pacote	01	R\$ 5,75	560	R\$ 3.220,00
12	Sardinha em lata conservada em óleo comestível, lata com 125 g	449006	44717	Lata	02	R\$ 5,47	1.120	R\$ 6.126,40
VALOR TOTAL DO LOTE 02 - COTA RESERVADA = R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)								

11.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma devidamente justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento.

11.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou para saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, **não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo**.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e adequação dos bens fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela legislação vigente e pelo instrumento contratual.

11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém todos os elementos necessários e essenciais, tais como:

- prazo de validade, quando aplicável;
- data de emissão;
- identificação do contrato e do órgão contratante;
- período correspondente à execução do objeto;
- valor devido; e
- eventual destaque das retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente.

11.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para liquidação após a comprovação da regularização, **sem qualquer ônus para a Administração.**

11.11. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, a ser constatada, preferencialmente, por meio de consulta on-line ao Sistema de Registro Cadastral adotado pela Administração ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Registro Cadastral com a finalidade de:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventual existência de impedimento à participação em licitação ou à contratação com o Poder Público, no âmbito do órgão ou entidade contratante, bem como ocorrências impeditivas diretas ou indiretas.

11.13. Constatada, junto ao Sistema de Registro Cadastral, a situação de irregularidade da Contratada, esta será formalmente notificada, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, promova a regularização de sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa.

Parágrafo único. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

11.14. Não havendo a regularização da situação ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como informar a existência de pagamento pendente, para adoção das medidas legais cabíveis visando à satisfação de eventuais créditos.

11.15. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as providências necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

11.16. Enquanto houver a efetiva execução do objeto contratual, os pagamentos poderão ser realizados normalmente, até decisão final acerca da rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral, observado o interesse público.

11.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, por ela previamente indicada.

11.18. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante solicitação formal de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos seguintes documentos:

11.18.1. Cópia legível do empenho;

11.18.2. Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento do objeto, após sanadas eventuais irregularidades apontadas;

11.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

11.18.4. Certidão conjunta de regularidade fiscal relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, bem como certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal;

11.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.18.6. Cópia do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, bem como de seus respectivos termos aditivos, quando houver.

11.19. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível que a Contratada promova a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizado por meio de processo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, observadas as normas internas do órgão contratante.

Parágrafo único. Para tanto, a empresa fornecedora deverá possuir cadastro de usuário ativo no sistema, a ser efetuado por meio do endereço eletrônico e com orientação da PRODATER.

11.20. O pagamento somente será autorizado após o atesto do servidor competente na Nota Fiscal ou documento equivalente e a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

11.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, inconsistência na documentação exigida ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa — inclusive pendência financeira decorrente de penalidade aplicada ou inadimplência contratual — a Contratada será formalmente notificada para que adote as providências saneadoras cabíveis.

11.22. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária em favor da Contratada.

11.23. Antes de cada pagamento, a Administração realizará a verificação da manutenção das condições de habilitação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, observando-se, no que couber, o procedimento, os prazos e as consequências previstos nos itens 11.11 a 11.16 deste Termo de Referência.

11.24. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro relevante interesse público, devidamente justificado e formalmente autorizado pela autoridade máxima do órgão contratante, poderá ser mantido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

11.25. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando cabíveis.

11.26. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação formal de enquadramento no referido regime tributário.

11.27. Nos casos de eventual atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para a ocorrência do atraso, fica convencionado que a compensação financeira devida pela Contratante será calculada desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias corridos entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente à **taxa anual de 6% (seis por cento)**, calculado pela fórmula:

$$I = (6/100) \div 365 = 0,00016438$$

11.28. A presente contratação não prevê, como regra, pagamento antecipado, podendo este ser excepcionalmente admitido, de forma parcial ou total, desde que devidamente justificado nos autos, nos termos do art. 145, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando comprovado que:

I – constitui condição indispensável para a obtenção do objeto; ou

II – propicia sensível economia de recursos à Administração.

11.29. Na hipótese de autorização formal de pagamento antecipado, a Contratada deverá emitir nota fiscal, fatura ou documento idôneo, correspondente ao valor da antecipação, após o atendimento da condição previamente estabelecida no processo administrativo, como, por exemplo, a assinatura do contrato e/ou a prestação de garantia, quando exigida.

11.30. Quando o pagamento antecipado ocorrer de forma parcelada, este observará o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

11.31. O contratado ficará obrigado a devolver integralmente, com atualização monetária, os valores antecipados na hipótese de inexecução total do objeto.

11.31.1. No caso de inexecução parcial, deverá ser devolvido o valor correspondente à parcela não executada.

11.31.2. Os valores a serem devolvidos serão atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento antecipado até a data da efetiva restituição.

11.32. A liquidação da despesa observará as regras previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

11.33. O pagamento antecipado, quando autorizado, será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota fiscal, fatura ou documento equivalente regularmente apresentado.

11.34. A antecipação do pagamento dispensa o ateste prévio do objeto, o qual deverá ocorrer após a regular execução da parcela contratual correspondente ao valor antecipado.

11.35. Quando adotado o pagamento antecipado, este poderá ser condicionado, conforme justificativa técnica constante dos autos, à adoção de uma ou mais das seguintes medidas:

11.35.1. Comprovação, pelo contratado, da execução da etapa imediatamente anterior do objeto, como condição para a antecipação do valor remanescente.

11.35.2. Quando autorizado o pagamento antecipado, este poderá ser condicionado à prestação de garantia adicional pelo contratado, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor antecipado.

11.36. O pagamento do valor antecipado observará, em qualquer hipótese, as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

11.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditórios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, inclusive por meio do sistema AntecipaGOV, conforme as regras estabelecidas neste instrumento.

11.38. A cessão de crédito não alterará, nem prejudicará, a execução do objeto contratado, que permanecerá sob inteira e exclusiva responsabilidade do contratado, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e o cessionário quanto à execução contratual.

11.39. A rejeição parcial de itens não comprometerá a unidade da cesta, desde que a substituição assegure a integral observância do padrão final definido no Termo de Referência, inclusive quanto à quantidade, qualidade e especificações técnicas dos itens.

12. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os preços inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **01 (um) ano**, contado a partir da data da apresentação da proposta, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Após o interregno mínimo de **01 (um) ano**, mediante solicitação formal do fornecedor registrado, os preços poderão ser reajustados pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, incidente exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade, nos termos do art. 5º do Decreto nº 1.054/1994, conforme a seguinte fórmula:

$$R = V \times (I - I_0) / I_0 \quad R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual/registrado a ser reajustado;

I₀ = índice inicial, correspondente à data da proposta;

I = índice relativo ao mês do reajuste.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **01 (um) ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

12.4. Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, será adotada, provisoriamente, a última variação conhecida, com posterior compensação financeira quando da divulgação do índice definitivo.

12.5. Nas apurações finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o índice definitivo.

12.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice pactuado, será adotado o índice substituto previsto em legislação superveniente.

12.7. Na ausência de previsão legal de índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

12.8. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de redução dos preços praticados no mercado ou da ocorrência de fatos supervenientes que elevem os custos do objeto, cabendo ao Gestor do contrato promover as negociações necessárias, nos termos do Decreto Municipal nº 25.627/2024.

12.10. Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

12.10.1. convocar o fornecedor para negociação visando à redução do preço;

12.10.2. liberar o fornecedor do compromisso, caso frustrada a negociação;

12.10.3. convocar os demais fornecedores registrados para igual oportunidade de negociação.

12.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados na Ata de Registro de Preços e o fornecedor, mediante requerimento formal e apresentação de documentação comprobatória, demonstrar a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas, o Órgão Gerenciador poderá adotar as seguintes providências:

12.11.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, desde que:

a) seja confirmada a veracidade dos fatos e documentos apresentados; e

b) a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da respectiva nota de empenho.

12.11.2. Convocar os demais fornecedores registrados na Ata, observada a ordem de classificação, para oportunizar a renegociação dos preços, visando à manutenção da contratação nas condições mais vantajosas para a Administração.

12.12. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação total ou parcial da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas administrativas necessárias para nova contratação, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades participantes, bem como outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta e autorização do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade da adesão, observado o limite estabelecido na legislação municipal vigente.

13.2. Os órgãos e entidades não participantes que desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar formalmente seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, o qual indicará os fornecedores registrados e os respectivos preços, obedecida a ordem de classificação.

13.3. O fornecedor registrado somente poderá firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços mediante prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

13.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes, desde que:

- não haja prejuízo às obrigações previamente assumidas; e
- sejam respeitadas as disposições da legislação municipal aplicável.

13.5. As solicitações de adesão, a concessão de anuência pelo fornecedor e a autorização pelo Órgão Gerenciador deverão ser formalizadas por meio de processo administrativo próprio, devidamente instruído com a documentação necessária, cuja gestão e controle competem ao Órgão Gerenciador.

13.6. O órgão ou entidade denominado Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no instrumento convocatório, durante a vigência da Ata, limitado a **até 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados para o Órgão Gerenciador e para os órgãos participantes.

13.7. O quantitativo decorrente do conjunto das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, no total, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que realizem adesão.

13.8. Após a aceitação da adesão pelo Órgão Gerenciador, o Órgão Carona deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes disposições:

a) Qualquer ato praticado pelo Órgão Carona que configure desvio, abuso ou inobservância das condições comerciais e financeiras estabelecidas neste Processo Licitatório – Sistema de Registro de Preços – será de sua exclusiva responsabilidade, não recaindo sobre o Órgão Gerenciador qualquer ônus, responsabilidade solidária ou subsidiária.

b) O Órgão Carona deverá formalizar o respectivo contrato administrativo diretamente com o fornecedor vencedor do certame, em conformidade com o Termo de Adjudicação e com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

13.9. A aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ocorrer no prazo máximo de **até 90 (noventa) dias**, contados da autorização concedida pelo Órgão Gerenciador, observado, em qualquer hipótese, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

13.10. Compete ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços:

13.10.1. Gerenciar, acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

13.10.2. Providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços e o encaminhamento de cópia aos órgãos e entidades participantes;

13.10.3. Indicar os fornecedores registrados para atendimento das demandas, observada a ordem de classificação

e os quantitativos autorizados;

13.10.4. Conduzir e formalizar eventuais renegociações dos preços registrados, quando cabível;

13.10.5. Aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços ou das obrigações contratuais, no âmbito de suas próprias contratações.

13.11. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, a critério do Órgão Gerenciador, quando o fornecedor:

13.11.1. Descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

13.11.2. Recusar-se a celebrar o contrato, a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa devidamente aceita;

13.11.3. Não aceitar a redução dos preços registrados, quando estes se tornarem superiores aos praticados no mercado.

13.12. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos itens 13.11.1 e 13.11.2, será formalizado por ato administrativo do Órgão Gerenciador, devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado, que comprometa o cumprimento da Ata:

13.13.1. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas; ou

13.13.2. A pedido do fornecedor, mediante justificativa aceita pela Administração.

13.14. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade das condições e dos preços registrados.

13.15. Na prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, observado o limite do quantitativo originalmente registrado.

13.16. O ato de prorrogação da vigência da Ata deverá indicar, de forma expressa, o prazo da prorrogação e os quantitativos renovados, devidamente justificados nos autos do processo administrativo.

13.17. A Administração poderá promover a revisão e/ou atualização dos preços registrados, mediante justificativa técnica e comprovação da ocorrência dos fatos ensejadores, observado o disposto nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 25.627/2024.

13.17.1. A revisão ou atualização dos preços registrados dependerá de autorização da autoridade competente, cabendo ao Órgão Gerenciador proceder às alterações necessárias, com a elaboração de novo quadro de preços registrados e sua divulgação no sítio eletrônico oficial.

13.17.2. O reajuste dos preços registrados será realizado com base na aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE, tendo como termo inicial a data da apresentação da proposta, desde que decorrido o prazo mínimo de **01 (um) ano**. Nos reajustes subsequentes, o termo inicial será contado a partir dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

Quadro Resumo dos Valores por Lote

LOTE 01 – COTA AMPLA

Valor total máximo do lote	R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)
Quantidade total de cestas	13.440 (treze mil quatrocentos e quarenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

LOTE 02 – COTA RESERVADA

Valor total máximo do lote	R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)
-----------------------------------	--

Quantidade total de cestas	560 (quinhentas e sessenta) unidades
----------------------------	--------------------------------------

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Constitui infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a conduta do contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente comprovado e aceito pela Administração;
- f) não celebrar o contrato, não retirar a nota de empenho ou não apresentar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento injustificado da execução contratual ou da entrega do objeto;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o procedimento licitatório ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O contratado que incorrer nas infrações previstas no item 14.1 estará sujeito à aplicação das seguintes sanções administrativas, observada a gravidade da infração:

i. Advertência,

quando der causa à inexecução parcial do contrato e a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

ii. Impedimento de licitar e contratar,

quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, desde que não se justifique penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar,

quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” que revelem elevada gravidade, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

iv. Multa,

aplicável por qualquer das infrações administrativas, observados os seguintes parâmetros:

14.2.1. Multa moratória

- a) **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de **10% (dez por cento)** do respectivo valor;
- b) O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a **extinção unilateral do contrato** ou o **cancelamento do registro do fornecedor**, conforme o caso, por descumprimento ou cumprimento irregular, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.2.2. Multa compensatória

Aplicável no caso de inexecução total ou parcial do objeto, no percentual de até **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: A aplicação da multa compensatória considerará, conforme o caso, a gravidade da infração, o impacto sobre a composição e a entrega da cesta básica padronizada e o prejuízo causado à execução da política pública.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4. As sanções previstas neste instrumento podem ser aplicadas cumulativamente, observada a proporcionalidade e a motivação do ato administrativo, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.1. Antes da aplicação da multa, será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da ciência da intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

14.4.2. Quando o valor da multa e das indenizações superar o crédito eventualmente devido ao contratado, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver, ou cobrada judicialmente, conforme art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado do recebimento da notificação expedida pela autoridade competente, antes do encaminhamento para cobrança judicial.

14.5. A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados, cumulativamente (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos efetivamente causados à Administração;
- e) a existência de programa de integridade implantado ou aperfeiçoado, quando aplicável.

14.7. Os atos que configurem infrações administrativas e, simultaneamente, atos lesivos nos termos da Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente previstos na legislação específica (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

14.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores, sócios com poderes de administração, sucessores ou empresas coligadas ou controladas, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

14.9. A Administração deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação da sanção, promover o registro e a atualização das informações nos cadastros CEIS e CNEP, para fins de publicidade e controle (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. Os débitos do contratado decorrentes de multa administrativa ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela Administração em razão deste ou de outros contratos administrativos firmados com o mesmo órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. O contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificadas e formalizadas em processo administrativo próprio.

15.1.1. Nas alterações unilaterais promovidas pela Administração, nos termos do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.1.2. Os acréscimos ou supressões serão aplicados por item, observando-se as quantidades, valores e especificações constantes na tabela dos lotes (**Lote 01 – Cota Ampla e Lote 02 – Cota Reservada, conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR**), respeitando-se a padronização da cesta básica e a composição do objeto contratado.

15.1.3. A modificação do quantitativo de itens da cesta básica não poderá comprometer a padronização do kit,

devendo ser mantida a proporcionalidade dos itens, conforme a composição constante nas tabelas dos lotes, exceto quando houver justificativa técnica e formalmente aprovada pela Administração.

15.2. É admitida a continuidade da execução contratual na hipótese de fusão, cisão ou incorporação do contratado por outra pessoa jurídica, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) comprovação de que a nova pessoa jurídica atende integralmente aos requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório originário;
- b) manutenção de todas as cláusulas e condições contratuais, inclusive quanto a prazos, preços, garantias e responsabilidades;
- c) inexistência de prejuízo à execução do objeto contratual, com demonstração da capacidade técnica, econômica e operacional da sucessora; e
- d) anuência expressa e motivada da Administração, formalizada nos autos do processo administrativo.

15.3. No caso de contratação por consórcio, a substituição de consorciado somente será admitida mediante autorização expressa do órgão ou entidade contratante, ficando condicionada à comprovação de que a empresa substituta:

- a) possui, no mínimo, os mesmos quantitativos exigidos para fins de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída;
- b) detém os mesmos parâmetros de qualificação econômico-financeira exigidos no certame; e
- c) não compromete a execução do objeto contratual, permanecendo íntegra a responsabilidade solidária do consórcio, quando aplicável.

15.4. Todas as alterações contratuais previstas nesta cláusula deverão ser formalizadas por termo aditivo, precedidas de justificativa técnica e jurídica, com a devida autorização da autoridade competente, observados os princípios da legalidade, motivação, interesse público e economicidade.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Embora o julgamento considere o valor global do conjunto de itens para fins de aceitabilidade e prevenção de distorções econômicas, a adjudicação observará o disposto no item específico deste Termo de Referência quanto ao parcelamento do objeto.

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, observado o disposto neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

16.2. Critério de aceitabilidade de preços

Embora a entrega da cesta básica constitua objeto indivisível enquanto política pública, a adjudicação poderá ocorrer por item, para fins de competitividade e formação do preço global, desde que preservada a padronização final da cesta e observado o critério de aceitabilidade pelo **valor global do lote**.

16.2.1. Na fase de disputa do sistema de compras eletrônicas, o critério de aceitabilidade de preços será o **valor global do lote**, fixado neste Termo de Referência, considerando-se a soma dos valores unitários dos itens que o compõem, conforme os valores máximos estabelecidos nas tabelas:

- **Quadro Resumo dos Valores por Lote**

LOTE 01 – COTA AMPLA

Valor total máximo do lote	R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)
Quantidade total de cestas	13.440 (treze mil quatrocentos e quarenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

LOTE 02 – COTA RESERVADA

Valor total máximo do lote	R\$ 71.254,40 (sententa e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)
Quantidade total de cestas	560 (quinhentas e sessenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

16.2.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores ao valor máximo global ou aos valores unitários máximos estabelecidos neste Termo de Referência, tanto na fase de lances quanto após a etapa de negociação.

16.2.3. Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, permanecerão classificadas apenas as propostas que atendam integralmente aos limites de aceitabilidade de preços definidos.

Justificativa do critério adotado: A utilização do valor global do lote visa assegurar maior racionalidade econômica, prevenir o jogo de planilhas e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e isonomia.

16.3. Sigilo do orçamento estimado

O orçamento estimado da contratação será **sigiloso**, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527, de 2011, sendo divulgado apenas após o encerramento da fase de julgamento das propostas. Em razão do sigilo do orçamento, **não será adotado o critério de julgamento por maior desconto**, conforme vedação legal.

16.4. Registro de fornecedores

É admitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto pelo mesmo preço do licitante vencedor, observada a ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

16.5. Conteúdo da proposta

Os critérios de aceitação da proposta observam, no que couber, o critério de julgamento e os limites de aceitabilidade de preços definidos nos itens 16.1 e 16.2 deste Termo de Referência. A proposta apresentada deverá conter, obrigatoriamente:

16.5.1. Razão social da proponente, endereço completo, número do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Distrital, quando aplicável;

16.5.2. Preço unitário e total do(s) item(ns), expressos em moeda corrente nacional, devendo estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, frete, embalagens e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação;

16.5.3. Em caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário; havendo divergência entre valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

16.5.4. Na hipótese de apresentação de produto de origem estrangeira, a licitante deverá apresentar a documentação técnica exigida traduzida para a língua portuguesa, por tradutor público juramentado, sempre que o documento original não estiver redigido em português, observada a legislação aplicável, dispensada a consularização quando não exigida por norma específica.

16.5.5. A proposta deverá conter endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos, para fins de comunicações oficiais, inclusive notificações realizadas no âmbito do processo licitatório e da execução contratual.

16.6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

16.6.1. As propostas deverão possuir validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação, e serão julgadas pelo critério de **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

16.6.2. As licitantes deverão apresentar propostas em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, indicando, quando aplicável, marca, modelo e demais características técnicas dos produtos ofertados.

16.6.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências técnicas, comerciais ou formais estabelecidas neste instrumento e no edital.

16.6.4. Quando se tratar de objeto que envolva maior complexidade técnica, poderá ser exigido parecer técnico emitido por setor técnico do órgão demandante, com a finalidade de subsidiar o julgamento da conformidade da proposta com as especificações do Termo de Referência.

16.6.5. A proposta de preços deverá ser apresentada em meio eletrônico, devidamente datada e assinada pelo representante legal, contendo descrição clara, objetiva e detalhada do objeto ofertado, vedadas rasuras ou entrelinhas que comprometam sua compreensão.

16.6.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer, observando-se que, em caso de divergência, prevalecerá o valor unitário.

16.7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

16.7.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade.

16.7.2. As exigências de habilitação serão limitadas ao estritamente necessário para assegurar a execução adequada do objeto, sendo vedada a inclusão de requisitos que não guardem pertinência com o objeto licitado ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

16.7.3. Nos casos previstos no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, as exigências de habilitação poderão ser dispensadas total ou parcialmente, mediante justificativa técnica constante dos autos.

16.7.4. Em licitações divididas em itens ou lotes, as exigências de habilitação poderão ser graduadas, desde que expressamente indicadas no edital, quando aplicáveis apenas a determinados itens.

16.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.8.1. Pessoa física

Para fins de habilitação jurídica, a pessoa física deverá apresentar:

- a) Documento oficial de identificação, com validade em todo o território nacional, que contenha o número do CPF, nos termos do Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022;
- b) Demais documentos exigidos no edital, compatíveis com a natureza do objeto e com o disposto no Decreto Municipal nº 23.847, de 2023, quando aplicável.

16.9. Empresário Individual

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

16.10. Microempreendedor Individual – MEI

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal.

Nota Explicativa:

Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, as Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI existentes foram automaticamente transformadas em sociedades limitadas unipessoais – SLU. Posteriormente, a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, revogou definitivamente as disposições legais relativas à EIRELI no Código Civil.

Assim, para fins deste certame, eventual empresa identificada como EIRELI em seus atos constitutivos será considerada automaticamente convertida em sociedade limitada unipessoal – SLU, sendo seus documentos constitutivos aceitos como regulares.

16.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como EIRELI

Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório dos administradores legalmente constituídos.

16.12. Sociedade empresária estrangeira

Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, nos termos da Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

16.13. Sociedade simples

Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

16.14. Filial, sucursal ou agência

Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com a devida averbação no registro onde se encontra sediada a matriz.

16.15. Sociedade cooperativa

Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

16.16. Agricultor familiar

Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou outro documento equivalente definido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º, do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

16.17. Produtor rural pessoa física

Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI ou outro cadastro que venha a substituí-lo, que comprove a qualificação como produtor rural, nos termos da legislação vigente.

16.18. Autorização para exercício da atividade

Ato de autorização, licença ou registro para o exercício da atividade objeto da contratação, expedido pelo órgão competente, quando exigido por legislação específica, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.19. Atualização documental

Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de suas respectivas alterações ou consolidações vigentes.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

16.20. Cadastro fiscal

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso.

16.21. Regularidade fiscal federal

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, relativa aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, nos termos da legislação vigente.

16.22. Regularidade com o FGTS

Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação de certificado de regularidade emitido pelo órgão competente, quando aplicável.

16.23. Regularidade trabalhista

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

16.24. Inscrição em cadastro de contribuintes

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação.

16.25. Regularidade fiscal estadual ou municipal

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, conforme a natureza da atividade e o tributo incidente sobre o objeto contratado.

16.26. Isenção tributária

Caso o fornecedor seja legalmente isento dos tributos estaduais e/ou municipais incidentes sobre o objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

Nota Explicativa:

A apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais estadual e municipal, na medida em que tais informações constam do próprio

certificado.

16.27. Tratamento diferenciado ao MEI

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual – MEI que pretenda usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Nota Explicativa:

A exigência de qualificação econômico-financeira deverá ser compatível com o vulto, a complexidade e a essencialidade do objeto da contratação, bem como com os riscos decorrentes de eventual inadimplemento contratual, observando-se o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021.

Quando cabível, tais exigências poderão ser restringidas a determinados itens ou dispensadas, desde que devidamente justificadas nos autos do processo administrativo.

16.28. Insolvência civil

Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, quando se tratar de pessoa física, desde que admitida sua participação no certame, ou de sociedade simples.

16.29. Falência ou recuperação judicial

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.30. Índices econômico-financeiros

Comprovação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a **01 (um)**, mediante apresentação de balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis relativas aos **02 (dois)** últimos exercícios sociais, calculados pelas seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

III – Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

16.31. Capital ou patrimônio mínimo

Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a **01 (um)** em qualquer dos índices previstos no subitem anterior, será exigido, para fins de habilitação, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a até **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou da parcela pertinente, conforme definido no instrumento convocatório.

16.32. Empresas recém-constituídas

As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender às exigências de habilitação, podendo substituir as demonstrações contábeis pelos dados constantes do balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.33. Empresas com menos de dois exercícios

Quando a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de **02 (dois) anos**, o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício disponível, conforme art. 69, §6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.34. Declaração de atendimento dos índices econômicos

O atendimento aos índices econômico-financeiros exigidos neste Termo de Referência deverá ser comprovado mediante declaração formal, assinada por profissional legalmente habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, acompanhada da documentação contábil pertinente, quando aplicável.

16.35. Registro em entidade profissional

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando legalmente exigido, em plena validade, devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável ao exercício da atividade objeto da contratação.

16.36. Comprovação de aptidão técnica

A comprovação de aptidão técnica para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, será realizada mediante apresentação de atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou

privado, ou, quando legalmente exigido, por entidade ou conselho profissional competente.

16.36.1. Características mínimas dos atestados

Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados apresentados deverão referir-se a contratos efetivamente executados, com características mínimas compatíveis com o objeto licitado, tais como:

- 16.36.1.1. fornecimento de bens da mesma natureza ou funcionalidade do objeto desta contratação;
- 16.36.1.2. atendimento a quantitativos compatíveis com a parcela de maior relevância e valor significativo do objeto;
- 16.36.1.3. execução dentro de prazos e condições que demonstrem a capacidade operacional do fornecedor.

16.36.2. Somatório de atestados

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que referentes a execuções realizadas de forma concomitante ou sucessiva, e que, em conjunto, atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

16.36.3. Atestados em nome da matriz ou filial

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, considerando-se ambas como a mesma pessoa jurídica, nos termos do entendimento consolidado no Parecer nº 00005/2021/CNMLC/CGU/AGU e na Orientação Normativa nº 66, de 29 de maio de 2020.

16.36.4. Verificação da legitimidade dos atestados

O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados, apresentando, sempre que solicitado pela Administração:

- cópia do contrato que originou o fornecimento;
- identificação e endereço atual da contratante;
- local de execução do objeto;
- demais documentos considerados pertinentes para a comprovação da capacidade técnica.

16.36.5. Requisitos técnicos específicos previstos em legislação

Quando houver requisitos técnicos específicos previstos em legislação especial aplicável à atividade objeto da contratação, o fornecedor deverá comprovar o atendimento às exigências legais pertinentes, tais como autorizações, registros ou licenças expedidas por órgão competente, nos termos do art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, a exemplo de autorizações sanitárias, ambientais ou regulatórias, quando cabíveis.

16.37. Participação de cooperativas

Caso seja admitida a participação de sociedades cooperativas, será exigida, além da documentação geral de habilitação, a apresentação dos seguintes documentos complementares:

16.37.1. Relação de cooperados

Relação nominal dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, acompanhada:

- das respectivas atas de inscrição;
- da comprovação de domicílio na localidade da sede da cooperativa, observado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§2º a 6º, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

16.37.2. Regularidade previdenciária

Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI, relativa a cada cooperado indicado para a execução do contrato.

16.37.3. Capital social

Comprovação de capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto contratual.

16.37.4. Registro da cooperativa

Comprovação do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

16.37.5. Integralização das quotas-partes

Comprovação da integralização das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato.

16.37.6. Regularidade jurídica da cooperativa

Para fins de comprovação da regularidade jurídica, a sociedade cooperativa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ata de fundação da cooperativa;
- b) Estatuto social, acompanhado da ata da assembleia geral que o aprovou;
- c) Regimento interno dos fundos instituídos pelos cooperados, acompanhado da respectiva ata da assembleia geral;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias, quando houver;
- e) Registros de presença dos cooperados que executarão o contrato, referentes a três assembleias gerais ou reuniões seccionais, conforme a estrutura organizacional da cooperativa;
- f) Ata da assembleia ou da reunião competente que autorizou expressamente a cooperativa a contratar o objeto desta licitação, nos termos da legislação cooperativista aplicável.

16.37.7. Auditoria contábil-financeira

Apresentação da última auditoria contábil-financeira da cooperativa, quando exigida pelo órgão fiscalizador competente, nos termos do art. 112 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou, alternativamente, declaração formal, firmada sob as penas da lei, de que a auditoria não foi exigida pelo referido órgão fiscalizador no exercício correspondente.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. Estimativa de custos

O custo estimado total da contratação corresponde ao valor máximo global do conjunto dos lotes, no montante de **R\$ 1.781.360,00 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta reais)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, quando aplicável, e do Decreto Municipal nº 22.042, de 24 de janeiro de 2022, conforme custos unitários máximos e quantitativos estimados discriminados na planilha constante do corpo deste Termo de Referência.

Discriminação do valor estimado por lote:

- **Quadro Resumo dos Valores por Lote**

LOTE 01 – COTA AMPLA

Valor total máximo do lote	R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)
Quantidade total de cestas	13.440 (treze mil quatrocentos e quarenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

LOTE 02 – COTA RESERVADA

Valor total máximo do lote	R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)
Quantidade total de cestas	560 (quinhentas e sessenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

TOTAL (Lote 01 + Lote 02): R\$ 1.781.360,00 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta reais).

Parágrafo único. O valor estimado reflete o limite máximo de aceitabilidade das propostas, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, em razão do caráter estimativo e não vinculante do Sistema de Registro de Preços, nos termos da legislação aplicável.

17.2. Consideração dos riscos na estimativa de custos

A estimativa de custos considerou os riscos ordinários inerentes à contratação, especialmente aqueles relacionados à logística de fornecimento, à variação de preços de insumos e à execução parcelada do objeto, os quais foram alocados ao contratado, na forma usual das contratações de fornecimento de bens comuns.

Parágrafo único. Embora tenha sido elaborado **Mapa de Gerenciamento de Riscos (Doc. nº 12408477)** no âmbito do planejamento da contratação, não foi instituída matriz formal de alocação de riscos para o presente ajuste. Dessa forma, os riscos não extraordinários permanecem disciplinados pelas regras gerais da Lei nº 14.133, de 2021, e pelas cláusulas contratuais, não se aplicando matriz de riscos específica, nos termos dos arts. 22 e 103, §3º, da referida Lei.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Dotação orçamentária e reserva de crédito

Nos termos do **Decreto Municipal nº 21.945, de 21 de dezembro de 2021**, por se tratar de procedimento licitatório para **Sistema de Registro de Preços**, a indicação da dotação orçamentária específica fica **postergada para o momento da formalização do contrato ou da emissão do instrumento equivalente**, ocasião em que será realizada a correspondente reserva orçamentária, em conformidade com a legislação vigente.

18.2. Valor estimado da contratação

O valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.781.360,00 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta reais)**, conforme apurado no item 17 deste Termo de Referência, correspondendo ao valor máximo global do conjunto dos lotes, assim distribuído:

- **Quadro Resumo dos Valores por Lote**

LOTE 01 – COTA AMPLA

Valor total máximo do lote	R\$ 1.710.105,60 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e cinco reais e sessenta centavos)
Quantidade total de cestas	13.440 (treze mil quatrocentos e quarenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

LOTE 02 – COTA RESERVADA

Valor total máximo do lote	R\$ 71.254,40 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)
Quantidade total de cestas	560 (quinhentas e sessenta) unidades

Itens e valores unitários máximos conforme tabela do Item 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO deste TR.

18.3. Observações

O valor estimado não implica obrigação de contratação integral pela Administração, sendo utilizado apenas como

referência para fins de planejamento, controle e compatibilidade orçamentária, considerando a natureza estimativa e não vinculante do Sistema de Registro de Preços.



Documento assinado eletronicamente por **João Cícero do Nascimento Filho**, **Gerente Executivo**, em 10/02/2026, às 11:53, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tristão de Paiva Neto**, **Gerente Administrativo**, em 10/02/2026, às 12:31, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima**, **Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**, em 10/02/2026, às 13:46, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14447459** e o código CRC **F5AD652A**.

Referência: Processo nº 00049.002432/2025-17

SEI nº 14447459

Rua Álvaro Mendes, 861 - Bairro Centro - - CEP 64000-060 - Teresina - PI
- <http://semcaspi.teresina.pi.gov.br/>